

158 / 203 / 204 - Acessibilidade - uma vivência necessária

ALONSO, Patrícia (1); FREIRE, Sheila (2); PANET, Amélia (3)

- (1) Profa. Mestre Coordenadora adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) e professora assistente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – e-mail: patalonso@ig.com.br
- (2) Profa. Mestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) – e-mail: sheilaafreire@bol.com.br
- (3) Profa. Mestre Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) – e-mail: map2001@terra.com.br

Curso de Arquitetura e Urbanismo - Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ – BR 230 Km 22 – Água Fria – Cep 58053-000-Cx Postal 318 – João Pessoa – PB.

Fone (+55) 0 (XX) 83 3243 9437 Cel. (+55) 0 (XX) 83 99830313

RESUMO

A experiência relatada nesse artigo faz parte do desafio, de toda instituição de ensino, em contribuir para a conscientização e capacitação de toda uma nova geração de cidadãos, no que diz respeito ao desenvolvimento de competências e valores necessários para a transformação da sociedade e para a solução de problemas que tanto afligem as cidades contemporâneas, dificultando a acessibilidade e a inclusão social. No caso desta experiência, esses temas, que são pertinentes à formação de qualquer indivíduo, são desenvolvidos com alunos de arquitetura e urbanismo do segundo ano. Procura-se conscientizá-los com relação à responsabilidade social que o arquiteto possui no desenvolvimento da cidade, e tem o objetivo de mostrar-lhes a importância de se projetar espaços que atendam às condições de acessibilidade plena. A atividade consiste, inicialmente, em estimular o aluno a vivenciar os espaços urbanos, na condição de uma pessoa com mobilidade reduzida, por meio do uso de vendas nos olhos, muletas e cadeiras de rodas. Assim, a Acessibilidade e o Desenho Universal deixam de ser apenas questões teóricas e técnicas, e passam a ser uma experiência vivenciada e real, tornando-se diretrizes projetuais consolidadas na prática profissional do futuro arquiteto e urbanista. Os resultados se refletem nas atividades projetuais dos anos seguintes, onde os alunos dedicam especial atenção à acessibilidade e aos conceitos do design universal.

Palavras-chave: Acessibilidade; Inclusão Social; Educação na Arquitetura e Urbanismo.

ABSTRACT

The experience addressed in this paper is part of the challenge, proper of all educational institutions, to contribute towards the awareness and the capability of a new generation of citizens, for the development of competence and values which are necessary for the transformation of society and for

the solution of problems that afflict contemporary cities, hindering accessibility and social inclusion. In the case of this particular experience, such themes, which are pertinent to the education of any individual, are developed with students of architecture and urbanism, in the second year of the undergraduate course. In making them aware of the social responsibility that all architects have with regards to urban development, our objective is to show them the importance of designing spaces that may allow conditions for full accessibility. the activity consists, initially, of stimulating the student to experience urban spaces, in the condition of a person with reduced mobility, by means of blindfolds, crutches and wheel-chairs. Thus, Accessibility and Universal Design are not no longer sole theoretical and technical issues, but become a true and lived experience, and consolidated design guidelines in the practical work of future architects and urban designers. The results are reflected in the design activities in following years, in which students give special attention to accessibility and concepts of universal design.

Key words: *Accessibility; Social Inclusion; Education in Architecture and Urban Design.*

Considerações Teóricas

O ensino da arquitetura hoje passa por uma série de reflexões sobre as atribuições e os desafios do profissional arquiteto e urbanista, frente às transformações da nossa sociedade desigualmente moderna, na tentativa de contribuir para a formação de um profissional pleno de valores e posturas, além dos tão necessários conhecimentos e habilidades. Essa consciência social e ética deve ser um princípio norteador de qualquer projeto pedagógico, na formação de profissionais que possuam um compromisso com questões pertinentes à produção projetual das nossas cidades e com a justiça social, e que sejam sensíveis às diferenças e dificuldades humanas.

Para nós, já se passou o tempo em que arquitetos acreditavam na capacidade de melhorar o mundo com suas belas formas, produções de obras de arte. A arquitetura não deve ser superior às necessidades humanas.

É um desafio necessário conscientizar e capacitar toda uma nova geração de profissionais arquitetos e urbanistas, educando-os e contribuindo no desenvolvimento das ferramentas e valores para a transformação e para a solução de problemas que tanto afligem a nossa população, como a falta de moradia, de escolas, de postos de saúde, de destinos adequados para os dejetos, de presidiárias, de espaços públicos de lazer e cultura, enfim, de cidades que proporcionem uma maior qualidade de vida à população, tornando possível sua sustentabilidade e o futuro das gerações vindouras, como nos é de direito pelo Estatuto da Cidade. Deve-se, sobretudo, respeitar o direito de ir e vir de todo cidadão, considerando as diferenças entre as pessoas quando se trata da acessibilidade externa e interna de todas as edificações.

Esse desafio torna-se ainda maior com relação ao ensino da Arquitetura e Urbanismo devido à característica multidisciplinar da profissão de arquiteto, que incorpora atributos e conhecimentos de outros campos cognitivos, na intenção de conseguir sua expressão máxima. Dentre esses atributos e conhecimentos, estão presentes as questões sócio-culturais imprescindíveis ao exercício responsável da profissão.

A experiência de ensino que relatamos nesse artigo faz parte desse desafio e procura conscientizar os alunos com relação à responsabilidade social que o arquiteto possui no desenvolvimento da cidade, e tem o objetivo de mostrar-lhes a importância de se projetarem espaços, que utilizando os conceitos do *design universal*, atendam às condições de acessibilidade. Entenda-se aqui por acessibilidade a “*possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos*” (NBR 9050, edição de 2004). Entretanto, existe uma parcela considerável da população que, por algum tipo de restrição ou deficiência, possui sua mobilidade reduzida e, por conseguinte, sua acessibilidade limitada. Encontram-se nesse grupo os idosos, obesos, mulheres grávidas e as pessoas com deficiência transitória ou permanente.

O fato estimulador dessa experiência foi a análise dos resultados do censo do IBGE de 2000, onde foram incluídas, pela primeira vez, informações sobre pessoas com deficiência. Segundo os dados, a porcentagem da população com essas características, no país, é de 14,45%, ou seja, 24,52 milhões de habitantes possuem algum tipo de deficiência (física, auditiva, visual ou mental). Se incluirmos, nessa estatística, os idosos, os obesos, as gestantes, esse número se elevaria para mais de 39,28 milhões de pessoas, ou seja, mais de 23,13% da população.

O que mais nos inquietou foi saber que o Estado com o maior índice de ocorrência, de acordo com esse censo, é a Paraíba, com 18,74% de sua população apresentando alguma deficiência. Na capital, João Pessoa, dos 600 mil habitantes, 14,85% são pessoas com deficiência, o que corresponde a 88.789 mil habitantes. Esses números causaram certa surpresa pela sua grandeza e diversidade, e nos levaram ao seguinte questionamento: onde estão essas pessoas, por que elas não são vistas? Isso abre um parêntese para algumas considerações sobre a cidade de João Pessoa e seus moradores, necessário para a compreensão do contexto em que se insere a proposta pedagógica aqui abordada.

Sobre a cidade de João Pessoa

João Pessoa é uma cidade que, apesar do seu franco crescimento, ainda guarda, em alguns dos seus recantos, aspectos das pequenas cidades. Estes, nós vemos como uma qualidade diante do caos urbano em que estão mergulhadas algumas das cidades brasileiras. No entanto, sabemos que, apesar de suas virtudes, João Pessoa sofre com o descaso acumulado de gestões passadas, que fecharam os olhos para os problemas mais simples e evidentes, como: saneamento básico, transporte público, habitação digna para todos e espaços públicos adequados para o convívio. Na última década, a cidade enfrentou um processo visível de privatização de seus espaços públicos, seja com a colocação de bancas de jornal e barracas das mais diversas atividades em passeios públicos, seja com a invasão de praças e das esburacadas calçadas pelos automóveis e placas luminosas cada vez maiores. Esse descaso foi também fruto da tolerância dos seus moradores, carentes de um sentimento de cidadania mais sólido, para exigirem os seus direitos, cumprirem seus deveres e sentirem-se responsáveis pelas decisões que afetam sua cidade e sua vida. A consciência sobre questões arquitetônicas e urbanas de interesse público não precisa ser necessariamente adquirida apenas em uma escola de Arquitetura.

O “educar para a vida urbana” deveria ser inerente à formação de todo cidadão. E esse é um dos princípios que norteiam o projeto pedagógico do nosso curso e esta experiência em particular, considerando a amplitude do campo de atuação do profissional arquiteto e a nossa responsabilidade enquanto educadores e formadores de opinião. Entretanto, sabemos que o desenvolvimento de uma cidade não é tarefa apenas de uma categoria de profissionais, devendo resultar de um conjunto de decisões democráticas, com as quais o arquiteto e urbanista deve contribuir direta ou indiretamente, não se omitindo frente aos problemas urbanos e às suas responsabilidades, entre elas a de tornar a cidade acessível.

É importante, pois, conscientizar o futuro arquiteto da sua responsabilidade frente ao desenvolvimento de sua cidade, para que ele não olhe apenas para o seu universo mais imediato, fazendo projetos e fachadas isolados para deixar a sua marca, ignorando que está fazendo um pedaço da cidade, e que qualquer intervenção, por menor que seja, interfere na paisagem, no comportamento e na vida dos seus habitantes.

O fato de não encontrarmos, vivenciando a cidade de João Pessoa, a quantidade de pessoas com alguma deficiência mencionada no censo de 2000, nos desperta para as razões dessa realidade e de como nós, arquitetos, podemos contribuir para transformá-la. Essa transformação é lenta, pois não envolve apenas questões técnicas de *design* e de infra-estrutura para a adequação do espaço público e privado às suas necessidades específicas. Não se trata apenas de calçadas inexistentes ou com revestimentos inadequados, da existência de obstáculos nos passeios públicos ou da falta de rampas de acesso e de faixas de travessia. É necessária toda uma conscientização, educação e construção de conhecimento sobre as diferenças entre as pessoas, seus direitos e deveres, sobre o exercício da cidadania, para que não perdue essa situação de exclusão social.

Onde está o problema?

No que diz respeito à legislação que garante o direito de ir e vir de todo cidadão, sem distinção, esta já é suficiente, e existe em diferentes níveis, em forma de leis, decretos e/ou portarias, a exemplo da Lei Federal nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. Há ainda o Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2003, que institui o estatuto da pessoa com deficiência.

No entanto, o obstáculo maior parece ser a inexistência de uma consciência dos cidadãos sobre esse problema e sobre como superar essa barreira sócio-cultural. Reforçando esse aspecto, segundo PRADO (2001), a maioria dos ambientes construídos apresenta barreiras visíveis e invisíveis. As barreiras visíveis são todos os impedimentos concretos, isto é, a falta de acessibilidade dos espaços; as invisíveis encontram-se na forma preconceituosa como as pessoas com deficiência são vistas pela sociedade - na maior parte das vezes, elas são representadas pelas suas deficiências, e não pelas suas potencialidades.

Os profissionais de arquitetura também precisam superar seus paradigmas, para rever sua maneira de conceber os espaços, atualizarem-se tecnologicamente e renovarem seus conhecimentos. Devem

levar em consideração a diversidade dos usuários nos espaços construídos e buscar atender às suas necessidades.

Nesse sentido, entendemos que o *universal design* é um caminho que atende, ou busca atender a esses anseios, na medida em que tem por princípio planejar, projetar e construir o entorno físico, considerando o envolvimento das necessidades de qualquer pessoa. (UBERNA, 1997).

É importante lembrar, segundo Cohen e Duarte, que os espaços construídos não devem ser adequados apenas às pessoas com alguma deficiência ou mobilidade reduzida, pois isso poderá aumentar a exclusão espacial e a segregação desses grupos, mas, sobretudo, utilizarem-se de medidas técnico-sociais destinadas a acolher todos os usuários em potencial. (COHEN e DUARTE, 2003).

Relato da Experiência e de sua Metodologia

Tais considerações nos levaram a desenvolver, desde 2002, na disciplina Conforto Ambiental I, localizada no 4º período do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ, uma experiência pedagógica cujo objetivo é conscientizar os alunos com relação ao papel do arquiteto e urbanista nesse verdadeiro processo de democratização espacial, como um profissional que deve considerar o usuário como agente participativo no seu processo projetual. O aluno é incentivado a analisar, criticamente, a qualidade dos espaços construídos; avaliar seus níveis de acessibilidade e de mobilidade; compreender a importância desses aspectos para a qualidade de vida da população; conhecer a legislação existente sobre o assunto; e propor soluções viáveis às questões de acessibilidade no ato de projetar.

A metodologia utilizada consiste em propiciar a vivência dos alunos por meio de situações do dia a dia, em diversas áreas da cidade, simulando mobilidade reduzida ou alguma deficiência física. Soma-se a essa vivência uma ampla discussão posterior sobre: o que é acessibilidade, qual a sua abrangência, sua normativa, como a sociedade a compreende, como tais questões se colocam atualmente para a cidade de João Pessoa, e qual a responsabilidade do arquiteto e urbanista frente a essa problemática.

O método utilizado consiste na seguinte seqüência de passos:

1. Escolha de um espaço ou edificação de uso público existente na cidade, considerando-se a possibilidade de desenvolvimento, no local, de atividades variadas e corriqueiras, tais como: deslocamento, uso de telefone público, travessia de ruas, utilização de sanitários e de bebedouros, trânsito entre desníveis;
2. Visita ao local escolhido. Os alunos, acompanhados pelos professores, visitam o local para nele se deslocarem e realizarem atividades, fazendo uso de cadeiras de rodas, muletas e de vendas nos olhos, ou simulando situações de mobilidade reduzida tais como: carregar pacotes, ou empurrar carrinhos de bebê;

3. Elaboração de relatório. Os alunos elaboram um relatório, analisando a experiência, descrevendo as sensações vividas e identificando os elementos construídos que dificultaram ou auxiliaram a realização das atividades.

Os problemas mais freqüentemente encontrados são: rampas com inclinações inadequadas; portas com largura inferior a 80 cm; sanitários mal adaptados às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; telefones públicos com altura inadequada para cadeirantes; ausência de pisos tácteis para deficientes visuais.

Quanto às sensações experimentadas durante a atividade, as mais relatadas são: desorientação; insegurança; impotência; falta de autonomia; incômodo com o olhar constante das pessoas; indignação com os arquitetos e com os profissionais envolvidos na execução do projeto;

4. Discussão em sala de aula e estudo da legislação pertinente. Expostas as impressões e constatações resultantes da experiência, a turma, junto à professora, constrói o conceito de acessibilidade, discute sua importância, estuda a legislação vigente e é apresentada ao conceito de *universal design*;
5. Prática projetual. Com o conhecimento apreendido na atividade, realiza-se a adaptação de uma área edificada (banheiros, balcões, estações de trabalho, etc.) às condições de acessibilidade requeridas pela normativa e essenciais para o uso integral, democrático e confortável do espaço construído.



Fotos 01 e 02 - Alunos vivenciam a experiência da travessia de ruas com mobilidade reduzida



Foto 03 – Dificuldades encontradas no acesso aos equipamentos urbanos



Foto 04 – Aluna relata sua experiência em programa de TV para conscientização da população



Fotos 05 e 06 – Sensação de insegurança e impotência vivenciadas pelos alunos



Fotos 08 e 09 – A aluna percebe que os equipamentos adaptados não funcionam

Conclusão

É importante mencionar que somam-se, à experiência relatada, outras, como a de Cristiane Duarte e Regina Cohen (2003), realizada no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, e a pesquisa de Angélica Pinto et al. (2002) no Departamento de Design da UFPE.

Por meio dessas experiências, o aluno transforma a sua percepção da relação do usuário com o projeto arquitetônico. Na medida em que se coloca na sua posição, com as suas possíveis limitações e situações previsíveis, o aluno passa a perceber mais atentamente que o usuário é o motivo maior do ato de projetar, pois é para ele, e para o desenvolvimento de suas mais diversas atividades, que os espaços são projetados e construídos. O que antes poderia ser visto como uma variável necessária, porém abstrata, do projeto arquitetônico, passa à condição de necessidade vivenciada, concreta e fundamental, que deve ser incorporada ao processo projetual a partir do conceito inicial da proposta.

Com efeito, é com satisfação que observamos que, após cursar a disciplina de Conforto Ambiental I, os alunos têm demonstrado sensibilidade e preocupação bem mais apuradas, no que diz respeito à acessibilidade como variável imprescindível de seus projetos arquitetônicos e urbanísticos.

Despertamos o aluno para uma preocupação ausente no processo de formação de muitos arquitetos, que é a concepção de edifícios e espaços urbanos acessíveis, que proporcionem autonomia e mobilidade a um número cada vez maior de pessoas, inclusive aqueles com mobilidade reduzida ou com deficiência. Dessa forma, poderemos ter projetos que atendam aos princípios do desenho universal, onde o usuário final interaja de forma confortável e segura com o espaço construído. Contribuir com a formação de cidadãos conscientes das diferenças humanas, e de quão positivo é conviver com essas diferenças, deve ser um propósito de toda escola. Com esta experiência, nossa contribuição é revelar ao futuro arquiteto a sua responsabilidade de incorporar tal diversidade ao espaço arquitetônico e urbano.

Bibliografia

DUARTE, Christiane Rose, COHEN, Regina. (2003) *“Methodologies d’Enseignement de l’Architecture Inclusive: Creant des Outils pour la Qualite de Vie pour Tous”*. News Sheet 65. European Association for Architectural Education. Association Europeenne pour l’Enseignement de l’Architecture. Leuven, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo 2000.

NBR 9050. *“Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”*. 2ª ed. Rio de Janeiro. ABNT, 2004.

PINTO, Angélica Leite Peixoto et al. (2002) *“Ergonomia e Arquitetura: Contribuição da Ergonomia na Formação Acadêmica/Profissional do Arquiteto. ABERGO 2002. In: Anais ABERGO 2002. Recife, 2002.*

PRADO, Adriana Romeiro de Almeida (2001). *Ambientes Acessíveis*, In Município acessível ao cidadão, São Paulo: CEPAM, 2001.

UBIERNA, José Antonio Juncá (1997), *Diseño Universal: Factores Claves para la Accesibilidad Integral*, Castilla-La Mancha: Ed. COCEMF, 1997.